

## A FRATERNIDADE NÃO-BURGUESA EM NARRATIVAS BRASILEIRAS

Arturo *GOUVEIA*<sup>1</sup>

### 1. Apresentação da proposta de pesquisa

O presente trabalho, “A fraternidade não-burguesa em narrativas brasileiras”, faz parte de um projeto maior de pesquisa que pretende abordar as relações entre literatura e teologia, campo de trabalho praticamente inóspito ou incipiente na crítica literária brasileira. O primeiro resultado desse empenho é a investigação da presença da fraternidade em diversos romances, novelas e contos da literatura brasileira. Como essa categoria aparece de forma muito heterogênea nas narrativas, é necessário delinear uma divisão fundamental ao desenvolvimento dos estudos. Por um lado, são feitos comentários genéricos sobre narrativas que contêm cenas de fraternidade de forma pontual e excepcional. Por outro lado, a análise é centrada em textos cujos enredos apresentam a fraternidade como a dominante da narrativa – em cenas relativamente extensas que justificam uma abordagem mais complexa da categoria.

Tal divisão tem como base um conceito capital dos formalistas russos: as narrativas em que a fraternidade é uma temática central ilustram a noção de “dominante textual” (1971)<sup>2</sup>, figurando como determinante do enredo e do destino dos personagens; as narrativas em que a fraternidade é secundária apresentam o gesto filantrópico como uma ocorrência pontual, sem que os formalistas russos, ao que nos consta, tenham teorizado ou estabelecido categoria para tal fenômeno. Mas ambas as formas de ocorrência têm um sentido intrínseco que deve ser explicitado em análise, pelos critérios da crítica textual. Tal trabalho inscreve-se na linha de reflexões desenvolvida por Antonio Maria Baggio (2008) e outros estudiosos que têm investigado a importância do reexame da fraternidade em vários campos do conhecimento. Ao que sabemos, a teoria e a crítica literária, até o momento, não aderiram a esse projeto. O chamado “princípio esquecido” da Revolução Francesa, agora retomado em estudos internacionais, tem uma representação muito significativa na literatura brasileira, por exemplo, em narrativas como “A hora e vez de Augusto Matraga”,

---

<sup>1</sup> Professor Doutor da Universidade Federal da Paraíba

<sup>2</sup> No presente estudo, a fraternidade é uma categoria temática dos textos, submetida a uma categoria mais ampla: a ação dos personagens. Uma distinção essencial da pesquisa é a relevância conferida a personagens secundários. O sentido dessa singularidade é evidenciado no desenvolvimento do trabalho.

de Guimarães Rosa (1994), e *Quarup*, de Antônio Callado (1969) – narrativas complexas que requerem a abertura da crítica para esse campo de reflexões. A fraternidade não-burguesa, categoria central do projeto, impõe a releitura crítica do que foi historicamente idealizado pela burguesia, elevado à condição de categoria política por ela mesma e por fim reduzido a um gesto de filantropia exercido por iniciativas pessoais – no caso das narrativas, pessoas pobres e desvalidas. Essa inversão histórica dá a dimensão do fracasso dos projetos humanísticos burgueses desde o limiar da era moderna, contradição histórica a que a literatura brasileira, em solo periférico, tem sabido responder com muita qualidade estética.

Assim, o projeto de pesquisa, em seu todo, com metas mais amplas que o trabalho específico ora publicado, terá o cuidado de estabelecer uma mínima tipologia da categoria fraternidade, de acordo com suas manifestações na literatura brasileira. Tal tipologia redundará em duas abordagens distintas. A parte da pesquisa relativa à leitura panorâmica da fraternidade mostra, de forma breve, as diversas ocorrências de gestos fraternos, demarcando o sentido estrutural e temático de cada ocorrência. Por exemplo, em um romance como *O Ateneu*, de Raul Pompeia, o menino Sérgio, ao sentir-se ameaçado por outros jovens, recorre a uns amigos para pedir-lhes proteção. Em *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, o velho Libório, em um momento de fome, é socorrido por Rita Baiana. O menino Paulino, de “Piá não sofre? Sofre.”, de Mário de Andrade, ao ser maltratado pela mãe, é levado para a casa da avó, que lhe promete uma vida mais confortável. Macunaíma, em várias situações de risco, inclusive algumas que culminam em morte, é socorrido pelos irmãos, especialmente o mago Maanape, e consegue restaurar-se.

Vários episódios semelhantes podem ser enumerados, como cenas de contos de Machado de Assis e de Rubem Fonseca, assim como passagens de *A morte e a morte de Quincas Berro Dágua* e *Capitães da areia*, de Jorge Amado, mas sempre secundárias frente às prioridades do enredo. Ocorrências dessa natureza, por mais que pareçam singulares nas cenas, correspondem a uma vertente da representação da fraternidade em mímeses literárias: elas não se impõem como a ação dominante dos textos. Essa exceção pode ser privilegiada em leitura para elucidar, pelo avesso, a presença central da hostilidade, da violência, da desumanidade e do egoísmo nas narrativas. A inexistência de espaço para o exercício da fraternidade, a não ser por gestos pontuais, dá a medida da constância das injustiças sociais sofridas pelos personagens, reproduzidas também pelos personagens e presentes no enredo como ação central.

A parte analítica da pesquisa – a mais importante e verticalizada – delimita um tipo específico de fraternidade, levando em conta uma sequência muito singular da ação no enredo: *espancamento/estado de debilidade/fraternidade*. Narrativas como “A hora e vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, e *Quarup*, de Antônio Callado, que constituem o *corpus* restrito deste trabalho, contemplam essa sequência, que pressupõe, necessariamente, a ocorrência de violência física, capaz de deixar a vítima em situação precária, algumas vezes próxima da morte. Entretanto, não é a violência que tem de ser analisada, mas o ato de fraternidade que procura dar assistência e salvar a vítima. A violência figura como um referencial que indica as causas da situação; e seu contraste com a fraternidade enriquece a abordagem da categoria. A fraternidade, no caso, completa um ciclo que vai da brutalidade (flagelo físico, com reverberações morais, não o oposto) a todo um processo de recuperação do personagem (semelhante ao arquétipo bíblico do bom samaritano ou mesmo da ressurreição de Cristo, guardadas as diferenças históricas, simbólicas e estruturais). É necessário averiguar, ao longo da análise, duas etapas:

- a) o lento e penoso processo de recuperação dos personagens;
- b) o estado psicológico, a visão de mundo e as ações da vítima após a recuperação, o que compreende sua atuação e seu destino final.

Para efeito de esclarecimento, vejamos como a sequência *espancamento/estado de debilidade/fraternidade* ocorre nas duas narrativas elencadas como objetos de estudo.

“A hora e vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, é a narrativa em que a fraternidade é representada de forma mais central. Trata-se, na verdade, de um dos temas mais relevantes da narrativa, o que o presente estudo transforma em *leitmotiv* de sua pesquisa. Que nos conste, não há outra narrativa brasileira em que a fraternidade não-burguesa, exercida por pessoas pobres, seja tão intensa. O socorro do casal de pretos velhos a Augusto Matraga proporciona a este uma nova vida, empenhada, com valores cristãos, à total renegação dos erros do passado. Trata-se de uma ação sem a menor ambição política, muito mais próxima dos exemplos bíblicos de filantropia que do discurso da fraternidade que o Ocidente transformou em categoria política após a Revolução Francesa. Essa diferença – evidenciada na parte relativa à fundamentação teórica do estudo – é essencial para a análise de uma categoria ainda praticamente inexplorada. A ação dos pretos velhos, sedimentada em um gesto espontâneo de amor ao próximo, sem a conotação política herdada da burguesia, conduz o leitor a novas indagações críticas, como a

impossibilidade estrutural do exercício da fraternidade por parte das classes dominantes. Se essa questão já é explicada em sua dimensão histórica, como fazem as análises marxistas sobre a acumulação de riquezas, resta saber por que a literatura, em sua liberdade criadora, não inverte esse paradigma histórico. Augusto Matraga, no final, já despojado de qualquer riqueza, tendo sido socorrido por ex-escravos, sacrifica a própria vida para salvar uma família da tirania de Joãozinho Bem-Bem. Esse ato é semelhante ao martírio dos cristãos em prol de um mundo melhor. Os interesses transcendentais de Matraga, em total inversão de seu perfil de Coronel, é de abnegação absoluta, o que abrange risco e destruição da própria vida para conservar a vida do outro. As ligações entre esse fato e a ação caridosa dos pretos velhos é indispensável à leitura relacional da fraternidade na obra.

Se a fraternidade é demonstrada, em estudos tão qualificados, como o princípio esquecido da Revolução Francesa, incapaz de efetivação institucional, a situação do Brasil como país periférico, de utilização tardia e deturpada dos ideais burgueses, é ainda mais reveladora do fracasso histórico desse princípio. A presença da fraternidade nas narrativas é uma demonstração simbólica dessa questão histórica, mais expressiva, em certos aspectos, que os estudos historiográficos ou documentações de base empírica.

Em *Quarup*, de Antônio Callado, a sequência *espancamento/estado de debilidade/fraternidade* ocorre nos dois últimos capítulos, “A praia” e “O mundo de Francisca”, que retratam acontecimentos no momento da implantação da ditadura militar de 1964. Nando, ex-padre, é surrado em um contexto em que tenta construir um senso de fraternidade, com as pessoas mais simples de uma zona praieira de Recife, em torno da memória de Levindo, estudante idealista assassinado dez anos antes. Na tentativa de legitimar um culto a Levindo, julgado por ele o Santo Estêvão da resistência aos militares, Nando desafia a ditadura e é punido por uma das surras mais covardes e penosas da literatura brasileira. Já afastado dos trabalhadores da zona canavieira desde o golpe militar e as torturas; desprovido dos instrumentos anteriores de luta; o ex-padre é impossibilitado até de realizar um ato simbólico, concretizado em uma janta eclética com pessoas as mais pobres e diferentes da região, sem sectarismo político. Embora não divulgue explicitamente suas intenções, Nando insurge-se contra a direita e a esquerda, quer criar um mártir como referencial mnemônico, e ele é que acaba sofrendo os suplícios de um mártir, pois seu espancamento é o maior e mais detalhado de toda a literatura brasileira. Seu espancamento, em leitura mais ampla, é analisado na presente pesquisa como parte das ações tirânicas da ditadura, como consequência da violência da Guerra Fria para a

“proteção” do “mundo livre” contra o comunismo, todo um contexto novo e radicalmente diferente da violência no conto de Guimarães Rosa. O trajeto de Nando nos dois últimos capítulos, do silêncio forçado ao ato arriscado do jantar (mundanização de um culto religioso; secularização da memória exemplar de um homem abnegado, dedicado ao bem comum dos trabalhadores das usinas; fundação simbólica de um novo calendário litúrgico; reinterpretção, com a participação de pessoas pobres, do princípio da eucaristia; ligação fraterna, inclusive corporal, com empregadas domésticas, prostitutas, pescadores, tipos sociais à margem do pensamento do marxismo vulgar e ainda mais do direitismo medievalista de certos representantes das Forças Armadas, como o Coronel Ibiratinga), mostra a tensão instaurada pelo golpe militar: de um lado, a proscricção da democracia de 46, no contexto da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Concílio Vaticano II, o que impulsiona o ex-padre à defesa da restauração do sentido original de apostolado, sem a centralização oficial e ortodoxa da Igreja; de outro lado, entrando tais avanços, a permanência, na segunda metade do século vinte, do descaso governamental responsável pela absoluta ausência de mecanismos geradores de fraternidade social, defasagem histórica que se acentua com a ditadura militar. O ato de fraternidade das pessoas simples para com Nando é a prova emblemática da restrição do “princípio esquecido” a iniciativas individuais.

A análise da categoria é fundamentada em estudos muito qualificados sobre o tema, a exemplo dos dois livros organizados por Antonio Maria Baggio, sob o título *O princípio esquecido*. Os autores proporcionam uma visão muito precisa de dois aspectos da fraternidade: a sua origem judaico-cristã, decorrente de um dos troncos fundadores da cultura ocidental, e um conjunto de conceituações sobre o sentido adquirido pela fraternidade depois do Iluminismo e da Revolução Francesa, com ampla influência sobre os valores burgueses que constituem a modernidade. Todos os articulistas, apesar de suas diferentes posições e da aplicação de suas pesquisas a uma diversidade de campos do conhecimento, apresentam dois consensos em torno da categoria: a) a fraternidade, sempre pregada pelo cristianismo como gesto de “amor ao próximo”, é apropriada historicamente pela burguesia e convertida em categoria política, em função da construção de uma sociedade solidária, igualitária e liberta do despotismo da Igreja e do *Ancien Régime*; b) a fraternidade, diferente do que ocorreu com os princípios da liberdade e da igualdade, sofreu um eclipse histórico. Essas reflexões são essenciais à averiguação de como as representações literárias mimetizam o mesmo princípio político, fazendo-o recuar da

objetividade político-social para iniciativas pessoais. Também o livro *Direito & fraternidade*, organizado por Giovanni Caso (2008) e outros autores, traz informações históricas pertinentes ao fenômeno da fraternidade, compatíveis com as representações estéticas, respeitados o limite e a singularidade de cada obra.

Outras obras teóricas mais específicas, do campo da teoria da literatura, também são indispensáveis ao desenvolvimento da pesquisa, como os ensaios dos formalistas russos sobre a dominante textual (JAKOBSON: 1983) e os estudos atuais sobre a formação supressiva do Brasil a partir da literatura<sup>3</sup>. Tendo como principal fundamento metodológico a crítica textual, calcada na investigação da imanência do texto em conjunto com uma reflexão secundária, no sentido atribuído por Adorno (1982) a uma ordem histórico-sociológica implicada na obra, a pesquisa jamais abandona a primazia estética do texto literário.

Estabelecida a categoria comum às duas narrativas do *corpus*, bem como os principais textos de apoio da pesquisa, esclareçamos agora a justificativa das escolhas.

## 2. O porquê do trabalho: a justificativa

### 2.1. O discernimento imediato

Existem ao menos três formas de justificar a escolha das componentes de uma pesquisa: a) o valor intrínseco dos objetos, das categorias e dos textos de fundamentação teórico-crítica; b) a inserção da categoria analítica, para efeito comparativo, em uma série similar de representações da categoria, seja de um mesmo momento histórico ou de momentos distintos; c) a situação da categoria analítica apresentada pela fortuna crítica do objeto em estudo. Esses três critérios podem ser somados para a legitimação das delimitações que ora propomos.

A intenção do presente trabalho nasce do discernimento de obras capitais da literatura brasileira que tematizam várias formas de fraternidade, sem que esta tenha sido aproveitada como categoria analítica.

---

<sup>3</sup>A expressão “formação supressiva do Brasil” é tomada de empréstimo de um ensaio de Antonio José Pasta Jr., evidenciado adiante.

O *corpus* restrito da pesquisa é o que comporta o ciclo mais completo de ação fraterna, uma raridade temática na literatura brasileira. A fraternidade, exercida pelas pessoas pobres, em atividade marginal e abnegada, é um exemplo contundente do fracasso histórico da fraternidade social idealizada pela burguesia revolucionária desde os jacobinos e entravada pelos próprios interesses da nova classe dominante que ascende com a Revolução Francesa. Sem qualquer eficácia social, dada a ausência de mecanismos sociais para a real institucionalização de uma ordem mais humana, a fraternidade, em ampla desvantagem em relação ao fetichismo da mercadoria e à extrema fragmentação social provocada pelo individualismo burguês, acabou reduzindo-se a algumas ações particulares, centrada na sensibilidade compassiva de alguns indivíduos, porém sem qualquer irradiação social mais ampla e objetiva. A reverberação desses fatos históricos no Brasil revela uma situação ainda mais grave, porque o chamado “solo periférico” apresenta contradições ainda mais fortes a entravar o exercício social da fraternidade. As duas narrativas escolhidas para análise são as mais representativas desse fenômeno constitutivo da “formação supressiva” do Brasil. A sequência delimitada no enredo (*espancamento/estado de debilidade/fraternidade*) traduz a representação artística mais vertical dessa problemática. A radicalidade da sequência escolhida, capaz de expor situações-limite que proporcionam uma leitura mais profunda não só das narrativas, mas também do contexto implicado nas obras, destoa de outras formas de manifestação da fraternidade.

Outro motivo central da presente pesquisa é a ausência, quase absoluta, de estudos a respeito da fraternidade na literatura brasileira. Por exemplo, a fortuna crítica das duas obras em tela, exposta na bibliografia, não apresenta uma única abordagem da fraternidade como categoria dominante das narrativas. Entretanto, a fraternidade tem um campo pertinente de representações literárias; e a lacuna da crítica em relação a isso constitui uma defasagem a ser suprida por contribuições inovadoras. O presente estudo assume essa incumbência de, senão introduzir, impulsionar todo um campo novo de estudos sobre a relação entre literatura e fraternidade.

É preciso demonstrar, além disso, a necessidade de adesão da crítica literária a um campo crescente de discussões, que vem abrangendo diversas disciplinas. Os livros teóricos que embasam a pesquisa mostram uma proliferação de estudos da fraternidade em diversas ciências (sociologia, direito, ciências políticas, medicina, filosofia, antropologia, teologia, administração, economia), não havendo uma única reflexão no campo da teoria da literatura e da ensaística voltada para a análise do fenômeno em representações

literárias. Tal discrepância requer uma viravolta iminente, para que os estudos literários se atualizem e se alinhem às pesquisas representadas, por exemplo, pela RUEF – Rede Universitária para Estudos da Fraternidade<sup>4</sup> – e outras pesquisas e eventos em pleno curso, como congressos internacionais que debatem o espaço social reservado à realização da fraternidade. O presente estudo, após leitura sistemática dessa diferença de perfis, pretende contribuir com reflexões nesse sentido.

Os textos teórico-críticos são relevantes na medida em que fornecem conceitos e leituras que, de alguma forma, contribuem para o desenvolvimento da pesquisa. As reflexões teóricas são essenciais para a compreensão da história da fraternidade no Ocidente, de suas raízes judaico-cristãs ao seu aproveitamento político pela burguesia. Os ensaios críticos, mesmo sem qualquer estudo nesse campo, servem para um mapeamento da fortuna crítica das obras, evidenciando determinadas tendências interpretativas que, ao não contemplarem o tema da fraternidade, acabam por motivar e justificar, dialeticamente, a importância do presente estudo.

A pesquisa também se fundamenta em textos de outros campos do conhecimento, desde que forneçam algum conceito ou informação histórica pertinente aos interesses aqui delineados.

Nesse quadro, o trabalho objetiva averiguar a possibilidade de instauração dos estudos da fraternidade na teoria da literatura. Trata-se de experimentar o aproveitamento das conceituações de fraternidade das diversas ciências na teoria da literatura e na crítica literária, mensurando a consistência de suas definições frente às representações literárias. Com isso, pretende-se contribuir para a inserção da crítica literária brasileira no campo das reflexões internacionais sobre a fraternidade.

No que concerne ao *corpus* em estudo, é necessário delinear um certo campo de ocorrências da fraternidade em narrativas da literatura brasileira, demonstrando sua importância na tradição e a distinção das suas representações no século vinte. Tal procedimento visa a estabelecer uma nova vertente dos estudos de literatura e sociedade, tendo o tema da fraternidade como categoria central. O objetivo final é contribuir para o avanço da fortuna crítica do *corpus* restrito, desenvolvendo trabalhos de crítica textual.

---

<sup>4</sup> Constam da bibliografia do projeto alguns ensaios críticos retirados da internet, em especial do link <http://www.ruef.net.br/uploads/biblioteca>.

## 2.2. A situação dos estudos da fraternidade

A fraternidade, conforme sublinha Baggio, não tem encontrado meios para sedimentar-se nas relações públicas. Isso denota uma necessidade de retomada da fraternidade nas mais diversas relações teóricas (BAGGIO: 2008,p. 07-24). Já na introdução do primeiro livro, Baggio aponta não só a dívida do Ocidente consigo próprio (e com outros povos) no que tange à vivência concreta da fraternidade, mas destaca também a carência de teorização e debates críticos sobre o “princípio esquecido”. Partindo dos atuais empreendimentos da proposta de Baggio na política, no direito, na sociologia, na teologia, na comunicação, dentre outros campos, pode-se deduzir que se abre espaço, também, para a utilização adequada da categoria fraternidade em qualquer disciplina.

A teoria da literatura, a crítica literária e das artes são ainda espaços inóspitos para tal empreendimento. Trata-se de objetivar a apreensão da fraternidade pela estética enquanto ciência ou campo de reflexões, a partir da motivação proporcionada por obras literárias e artísticas que tematizam tal fenômeno. A tematização da fraternidade – ou seu aparecimento em textos literários por quaisquer outros procedimentos – estabelece uma demanda a ser avaliada e incorporada como categoria analítica nos estudos especializados.

No caso do *corpus* em estudo, convém fazer um esclarecimento. Há uma diferença entre a representação da fraternidade e as intenções políticas e éticas dos inúmeros debates em curso. Enquanto estes se pautam por pressupostos éticos, a literatura, em sua liberdade criadora, pode secundarizar tal intento e privilegiar outros. Os personagens que estudamos, por exemplo, não têm interesse de transformação política e social, mas de socorro e ajuda a outros mais necessitados. Sua atitude ainda é calcada sobre um critério cristão, o que não invalida outras leituras, a depender da obra. Esse critério cristão, centrado nos indivíduos, é a falência dos ideais burgueses nunca concretizados.

Sabe-se que a igualdade e a liberdade tiveram, historicamente, maior repercussão que a fraternidade, mas ainda se encontram, mesmo nas democracias mais avançadas, “muito longe de sua plena realização” (BAGGIO: 2008, p. 14). Lançada historicamente, em ruptura às discriminações do *Ancien Régime*, como princípio universal, para além de grupos, classe, raça ou qualquer outro fator restritivo, não alcançou o devido êxito.

Hoje, impera a necessidade de transformá-la em categoria do pensamento, não apenas para melhor compreensão do fracasso da “trilogia francesa”, exemplificado pelo

absoluto abandono da fraternidade na prática social; trata-se, também, da necessidade de superação do vazio no que tange às reflexões teóricas sobre a questão. No caso, a fraternidade teria sido esquecida não apenas como prática política, mas também como tema na filosofia ocidental. Relegada ao desprezo pelos mais diversos sistemas teóricos; interpretada, talvez, como categoria secundária ou mesmo desprovida de relevância para o empenho cognitivo, percebe-se que o esquecimento da fraternidade é duplo. O reconhecimento e a necessidade de reabilitação dessa categoria estão no centro das motivações atuais em torno do tema. Assim, a teoria da literatura e a crítica literária não podem continuar ignorando tal demanda.

Em função de tais desproporções de significado conferido aos três lemas da Revolução Francesa, tanto na política quanto no pensamento, Baggio nos coloca duas indagações que apresentam, indiretamente, o caminho para a superação da dupla ausência. A primeira é voltada para a fraternidade no campo político:

(...) a problemática realização da liberdade e da igualdade, inclusive nos países democráticos mais desenvolvidos, não poderia ser devida justamente ao fato de a ideia de fraternidade ter sido quase que totalmente abandonada? (BAGGIO: 2008, p. 18)

A segunda indagação traduz um motivo epistemológico por abranger a fraternidade como categoria, como recurso sistemático do pensamento, para a constituição de um conjunto de reflexões teóricas, a sedimentar-se como princípio potencialmente utilizável em um vasto campo do conhecimento humanístico, transcendendo sua origem religiosa e política: “(...) fraternidade pode se tornar a terceira categoria política, ao lado da liberdade e da igualdade, para completar e dar novos significados aos fundamentos e às perspectivas da democracia?” (BAGGIO: 2008, p. 19)

Apesar da aparente restrição dessa composição, limitada pelos objetivos políticos que traduzem o sentido da fraternidade em campo muito específico, é necessário observar duas aberturas nessa formulação. A primeira diz respeito ao funcionamento pleno da democracia como regime em que o cidadão se sentiria respaldado pela fraternidade em todos os seus empenhos sociais. A segunda deixa em aberto a possibilidade de alargamento do conceito de fraternidade: ele pode ser utilizado em qualquer campo teórico, desde que o referente apresente uma demanda ainda não explorada, ou explorada insuficientemente, o que revela o atraso das produções teóricas em relação à vida prática. A nosso ver, o que

ocorre na teoria da literatura é exatamente essa disparidade, o que justifica a pesquisa em curso.

Baggio fala de “interpretações redutivas” sofridas pela fraternidade desde a Revolução Francesa (BAGGIO: 2008, p. 20). Segundo ele, é necessário ir além da “ligação sectária” que tem caracterizado as práticas isoladas de fraternidade. Essa mesma necessidade, a nosso ver, estende-se aos campos da teoria da literatura e da crítica literária. Contudo, a exploração da fraternidade em um âmbito artístico não garante nenhuma expressão efetiva dela, mas apenas o reconhecimento da existência de todo um conteúdo simbólico relevante, sem empenho teórico e crítico correspondente.

Na concepção de Baggio, a situação histórica da fraternidade, conceito esquecido ou deturpado, faz parte das “lições da história (que) nos fazem cientes da possibilidade de qualquer pensamento degenerar ideologicamente”. (BAGGIO: 2008, p. 21)

Mais uma vez, o autor não separa os dois campos de atuação da fraternidade: a degeneração ideológica impõe a urgência de retomada dela na prática social e na teorização político-filosófica. No caso do *corpus* em estudo, as cenas de fraternidade, ainda que se destaquem nas narrativas, são exceções na totalidade contextual que aparece como referente. Nesse âmbito, não só ela é nula como diretriz política universal, mas as relações dominantes não permitem nenhuma discussão a respeito. A saga de Augusto Matraga apresenta tais proscricções desde a primeira cena: por trás da igreja, onde ocorre a festa, os homens não têm tempo para pensar em termos teleológicos, para além do imediatismo, porque o medo gerado pela presença de Nhô Augusto leva todos a aderir às práticas de humilhação dele para com as mulheres leiloadas. A impossibilidade de fraternidade, portanto, cuja origem pode ser reconhecida na estrutura social de todo um sertão rosiano sem lei, já está também interiorizada pelos indivíduos. Com o intuito de salvarem a própria pele e não demonstrarem resistência ao poder e à bravura de Nhô Augusto, os homens acabam justificando a violência covarde contra as mulheres, sem o mínimo de indignação. A maior prova desse fato, no decorrer dos acontecimentos, é que o único que afronta Nhô Augusto é outro coronel, já fortalecido pela guarda particular do inimigo. Essa briga de poderes demonstra a inutilidade de leis que resguardariam o funcionamento efetivo da fraternidade.

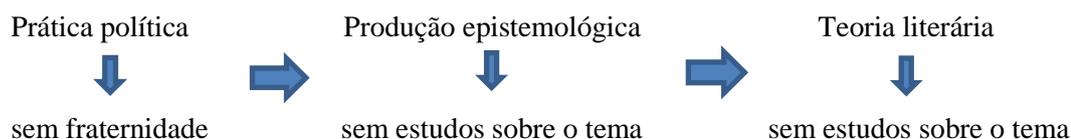
Baggio apresenta uma proposta política para o uso da fraternidade como “critério de decisão” em programas sociais. Nos dois livros organizados por ele, nenhum ensaio

refere-se à possibilidade de utilização do conceito e da categoria na teoria da literatura. Isso sintomatiza um vazio que motiva a presente pesquisa a apresentar alguma contribuição.

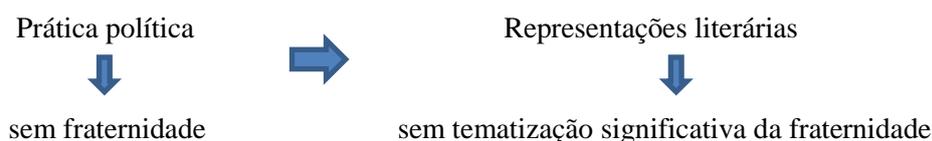
Na evidenciação da finalidade dos estudos atuais, Baggio ressalta:

Por que falar, hoje, em fraternidade relacionada à teoria e à prática da política? Essa pergunta não é inútil nem retórica, se considerarmos que a idéia de fraternidade não faz parte de nenhum ensinamento consolidado das diversas disciplinas que têm a política como seu objeto. Não possuímos uma tradição de estudos que tenham aprofundado a fraternidade na política. O próprio termo “fraternidade”, com raríssimas exceções, está praticamente ausente dos dicionários de política. (BAGGIO: 2009, p. 09)

Esse questionamento basilar de Baggio não deve ser visto como fato isolado, com implicações estritamente políticas. Todos os estudos reunidos por ele constata a mesma lacuna; reclamam a emergência da superação do desafio, como uma dívida que o conhecimento tem para consigo próprio – sem falar, obviamente, da dívida histórica e social. Assim, do âmbito político para o epistemológico, generaliza-se a compreensão da fraternidade como princípio deturpado, considerado inútil em mais de dois séculos de desdobramentos do Iluminismo. Relegada ao obscurantismo, a fraternidade, em sua improdutividade generalizada, comporta-se como negação degradativa do Iluminismo. Numa leitura com base em Adorno (2009), a fraternidade seria o negativo das práticas burguesas, presentificando-se nelas pelos resultados opostos à disseminação da desumanidade. No que tange à reprodução da mesma lacuna na teoria da literatura, tal problemática mostra como, de fato, as representações artísticas são impulsionadas pelo *externo* que se torna *interno*, no dizer de Antonio Candido (2002). A desqualificação histórica da fraternidade atingiu também o campo simbólico do conhecimento, em um grau mais distanciado da empiria política. Os estudos da teoria da literatura e da crítica literária, aparentemente mais livres das imposições sociais, estão inteiramente inseridos na tendência geral de desapego ao tema da fraternidade. Tais semelhanças entre a política, a epistemologia e as produções teórico-analíticas na literatura demonstram a refração mimética entre o interno e o externo, o que nos leva a relativizar afirmações opostas, que defendem a mimese como mera imitação. A relação entre os polos é de identidade, não de alteridade:



A diferença é a seguinte: enquanto a produção intelectual tem procurado superar-se, disseminando-se em vários campos, há uma identidade quase absoluta entre a prática política e a atuação da teoria da literatura e a crítica literária. Estas não apresentam sequer um “fragmento de alteridade”, no dizer de Adorno (1982, p. 18), na medida em que não se empenham para o reconhecimento da demanda já existente na produção literária. Mesmo nesta última, entretanto, na medida em que a fraternidade é exceção, o princípio esquecido não se destaca por uma imaginação criadora, em termos quantitativos, para a representação do tema relegado. Assim, temos outro quadro, relativamente identitário:



Sem usar da ambígua conceituação de “reflexo”, diríamos que há uma extensão da realidade para o mundo simbólico da literatura. A fraternidade nunca canonizou-se entre os temas mais recorrentes da tradição literária. Tal semelhança com os fatos históricos, sobretudo na modernidade burguesa, não decorre de nenhuma coincidência cega. Ela “reflete”, efetivamente, o desgaste e o descrédito da fraternidade na consolidação do capitalismo. A fraternidade, assim, pertence a todo um conjunto de temas e procedimentos marginais que Adorno chama de “acanônicos”, porém sem a importância que o teórico confere ao “cânone negativo”. Assim, sem despertar ambição epistêmica e analítica, a fraternidade configura-se na tradição dos estudos com uma dupla marginalização. Também fora de toda uma idealização conferida, pelos estudos políticos e étnicos, aos sujeitos e práticas marginais, a fraternidade talvez seja o tema mais desprezado nos estudos qualificados. Marginal entre os marginais, tal posição tão intrigante é resultado da própria condição política para a qual a realização da fraternidade seria a destruição do sistema capitalista, a começar pela lei mosaica da acumulação. Da mesma forma que a fraternidade foi proscrita pela Revolução que pretendia secularizá-la, também aparece como um dos

temas mais difíceis de localização e destaque na preocupação das obras. Aqui, a seleção que fazemos do tema em narrativas brasileiras apresenta o seguinte paradoxo:

FRATERNIDADE:

- A) EM NARRATIVAS BRASILEIRAS = EXCEÇÃO
- B) NO *CORPUS* = TEMA DOMINANTE

Mesmo assim, a condição de dominante revela-se em graus diferentes. “A hora e vez de Augusto Matraga” é mais dominante que *Quarup*, que é mais dominante do que toda uma tradição de narrativas desde o Romantismo. Tal escala de frequência da fraternidade, em duas obras do século vinte, revela a fragilidade da recepção e da reelaboração artística do tema desde o século dezenove, de plena expansão dos ideais burgueses.

O resgate do tema inclui-se numa luta mais ampla contra o pessimismo que se conforma com a irrealização de grandes causas humanísticas ou com a imutabilidade dos fatos. A adesão a essa apatia reproduz o sistema, por ausência de sujeitos capazes de contraposição crítica à situação vigente. A nosso ver, constatações idênticas podem ser observadas na indiferença da teoria da literatura e da crítica literária ao aproveitamento do tema como objeto de pesquisa.

Para um maior discernimento político-filosófico da questão, Baggio cita Bauman, segundo o qual a fraternidade tem sido substituída por “rede”. A nosso ver, a substituição da fraternidade, que pressupõe uma relação direta com o indivíduo, por “rede”, no ascendente mundo digital, revela a crescente reificação apática a que os indivíduos vêm sendo relegados, bloqueando os espaços para a fraternidade no espaço público e agora atingindo as relações mais íntimas. De fato, as relações mais subjetivas correm o risco de submissão ao universo mecânico das redes sociais, invalidando cada vez mais o potencial autêntico das pessoas e tornando-as mais semelhantes ao perfil do sistema. Se lembrarmos que tal sistema, na concretização de seus interesses desumanos, foi a força histórica que mais inviabilizou a fraternidade, a identidade entre ele e as pessoas apresenta a possibilidade de produção de comportamentos massivos e controlados, incapazes de uma mínima antítese ao que é imposto pelo *status quo*. Nessa medida, a derrota histórica da fraternidade tende a acentuar-se; a indiferença da teoria da literatura para com as representações fraternas apresenta o mesmo risco. Baggio destaca o agravamento do

problema: “A rede, entendida nesse sentido, é uma expansão do eu, que substitui o relacionamento humano real.” (BAGGIO: 2009, p. 15)

Isso impõe a “reconquista do espaço público”, em busca da revalorização da tríade revolucionária que, no egoísmo crescente produzido pelo sistema, tem-se mostrado mais incompetente frente aos avanços da globalização.

Sabe-se que a globalização é muito mais do mercado do que de conquistas humanísticas emancipatórias, como observa Pasquale Ferrara (BAGGIO: 2008, p. 157). No caso da temática literária, a fraternidade não entrou sequer para os temas da moda, como toda uma crítica sectária valoriza e empreende; a fraternidade ainda não foi emancipada de seu obscurantismo e não há, ao que sabemos, nenhum indício nesse sentido. É como se ela não gozasse de nenhum mérito que a qualificasse como temática artística e não revelasse nada capaz de justificar sua inserção no estatuto ontológico da literariedade. Privada de tal estatuto; desprezada como conteúdo ou como procedimento (no sentido dos Formalistas Russos de recurso artístico); a fraternidade não passaria de uma referência pobre e ínfima, sem importância tanto para os motivos associados como para os motivos livres de uma narrativa. (TOLEDO: 1971, p. 169-204)

Mas Baggio aponta uma mudança que vem ocorrendo nos estudos que procuram conceber a fraternidade como categoria política. Os avanços que ele sinaliza só fazem aumentar a distância entre ensaios epistemológicos, preocupados com a centralidade da conceituação para fins de estabelecimento de categorias e métodos de abordagem, e a inércia em que ainda se encontram, nesse terreno, a teoria da literatura e a crítica literária. Vejamos essa constatação de Baggio:

Acrescento outro elemento de grande importância: o surgimento de movimentos e iniciativas que buscam, de maneira explícita, o aprofundamento e a difusão da fraternidade, entendida não apenas como algo próprio da dimensão das relações pessoais, mas como princípio que tem influência pública. (BAGGIO: 2009, p. 19)

À parte a influência pública exercida pela literatura ou por seus estudos – cada vez mais difícil num mundo crescentemente audiovisual, de desvantagens categóricas para a leitura –, o que percebemos nessa constatação é a preocupação de novos estudiosos com a superação da lacuna relativa à fraternidade. O mesmo empenho não se verifica na especificidade dos estudos literários, o que demonstra um descompasso em relação à

“atualização da inteligência artística brasileira”, caso recuperemos o legado de Mário de Andrade.<sup>5</sup>

Baggio cita Ana Maria Barros, segundo a qual a fraternidade tem sido muito mais debatida fora das universidades, em movimentos sociais, ONG's etc. Sua conclusão, na esteira da pensadora, é a seguinte:

Segundo Ana Maria Barros, é propondo outra vez a trilogia que podemos obter uma fundamentação adequada dos direitos humanos, capaz de vencer a indiferença social e justificar a tomada de responsabilidade. (BAGGIO: 2009, p. 20)

Esses avanços, ainda considerados mínimos por Baggio, não são extensivos à literatura ou aos estudos especializados, muito menos protagonizam as pautas dos circuitos alternativos de debates sociais. Uma explicação para isso talvez seja a incompatibilidade entre as exigências das necessidades imediatas e o caráter não utilitário das mímeses artísticas. Mas isso não justifica que o espaço universitário – responsável, na sua incumbência de inovação acadêmica, pelo estabelecimento de pesquisas alternativas ao imediatismo massivo – continue a resistir à assimilação das representações literárias da fraternidade como categoria analítica. A sintonia dos estudiosos de literatura com as constatações de Baggio já deveria ter-se manifestado em uma gama de pesquisas. O silêncio instalado até o momento requer uma virada sem precedentes.

O presente estudo não traz nenhuma contribuição teórica para a compreensão da fraternidade. Também não adere ao otimismo prospectivo de Baggio e outros especialistas do tema, mesmo porque valores como otimismo e pessimismo não são da alçada do crítico literário, mas da inerência de cada texto. E cada texto segue sua própria lógica compositiva, impondo-se pela verossimilhança de sua organização, não por pressupostos éticos. É com essas ressalvas que lemos a seguinte declaração de Baggio:

A fraternidade é capaz de dar fundamento à idéia de uma comunidade universal, de uma unidade de diferentes, na qual os povos vivam em paz entre si, sem o jugo de um tirano, mas no respeito das próprias identidades. E justamente por isso a fraternidade é perigosa. Talvez seja esse o motivo pelo qual, na mentalidade acadêmica e política, não se aceita considerá-la uma categoria política. Mas a fraternidade – entendida justamente em sua dimensão política – aparece até na correspondência diplomática da Idade do Bronze tardia. (BAGGIO: 2008, p. 53)

---

<sup>5</sup>A obra de Mário de Andrade referente a isso, citada adiante, aparece em uma publicação sem data.

Mas a diferença entre conceito e representação estética não impossibilita a aproximação entre os dois campos. No caso de um aproveitamento parcial e crítico das teses de Baggio, concordamos com ele no que concerne ao julgamento da fraternidade como categoria intrigante para a ponderação política. É como se os estudos acadêmicos reconhecessem a importância do fenômeno histórico-social, mas negassem sua conversão ao âmbito das categorias políticas já consagradas na tradição das pesquisas. Essa contradição, a nosso ver, representa não apenas um bloqueio reacionário às inovações epistemológicas, mas também um descaso no âmbito da própria prática. Num terreno ainda mais delicado que é o das mímeses artísticas, é inaceitável que as pesquisas acadêmicas se comportem como reprodutoras de uma lacuna que já persiste há mais de dois séculos; e que não usem de sua autonomia para superar tal negatividade. Obviamente, os estudos em curso são legítimos e merecem respeito. Mas não encontrar nenhuma pesquisa sobre o que ora perseguimos é no mínimo abismador. Ao mesmo tempo, é fascinante por ser o próprio problema o índice da solução.

Nesse caso, aderimos ao empreendimento de Baggio quando ele aponta a necessidade de “reler a história e o pensamento políticos, a partir da Revolução Francesa, não só do ponto de vista de Paris” (BAGGIO: 2008, p. 54). Seu projeto de leitura destoa da “redução antropológica iluminista”. Da mesma forma, várias narrativas brasileiras apresentam a fraternidade exercida não pela burguesia, mas por personagens pobres, sem interesse político. No caso, o estudo da “fraternidade não-burguesa” é apenas um reconhecimento tardio, em nosso empreendimento acadêmico, da antítese crítica representada pela literatura em relação às promessas históricas do capitalismo. Assim como Baggio requer o reexame das “categorias fundamentais do Ocidente”, a centralização da fraternidade no presente trabalho, sem a mesma ambição teleológica do filósofo, acarreta uma reivindicação da permanente abertura da teoria e da crítica literária para categorias novas e pertinentes.

Segundo Giuseppe Tosi:

Reconhecer o outro como a mim mesmo significa superar uma dialética permanentemente negativa da alteridade, para alcançar o reconhecimento comum de pertença, que é parte da nossa condição humana. Afinal, essa máxima é uma secularização do princípio cristão de amar ao próximo como a si mesmo. (BAGGIO: 2009, p. 63)

Como se vê, essa problematização de Tosi é essencialmente política, mas indissociável de toda uma consideração crítica dirigida ao âmbito da consistência do

conceito. No nosso caso, transformada em questão epistemológica, tal problemática, originalmente de prática social, revela um desvão também no espaço das ponderações conceituais. Há uma “dialética negativa da alteridade” imperante também na resistência ao reconhecimento da fraternidade como categoria literária, como se a fraternidade fosse banida pela sua estranheza, pela sua impertinência frente à seriedade dos temas já tidos como clássicos; ou pela sua incompatibilidade com os critérios de análise textual sem importância para os critérios seletivos que presidem ao recorte de uma pesquisa, seja como tema dominante, seja como exceção. Nesse sentido, a teoria literária e a crítica ainda não saíram satisfatoriamente de seus domínios tradicionais, apesar da proliferação de estudos sobre novas e desafiadoras questões éticas e étnicas, a exemplo do enfoque de minorias eróticas e temas afins. A fraternidade, contudo, permanece excluída. A crítica ainda não se colocou no “lugar do outro” para assimilar a importância da representação mimética da fraternidade e o quanto de reserva ela comporta à falsidade e à inviabilidade dos ideais burgueses.

O reconhecimento do outro, no dizer de Tosi, como parte integrante de toda uma condição humana que nos iguala, seja por identidade ontológica e universal, seja pela particularidade de necessidades comuns, traduz toda uma preocupação com a ética da igualdade, impossível de efetivação sem a fraternidade. Isso se complementa na seguinte observação de Alexandre José Costa Lima:

(...) aos conceitos centrais do pensamento político moderno, focados no individualismo (o “espaço positivo”), correspondem conceitos que, apesar de importantes, permanecem irreconhecíveis, como a fraternidade (o “espaço negativo”). Faz-se necessária a decisão teórica de ressaltar os contornos de conceitos normalmente tidos como secundários, a exemplo do de *fraternidade*, e atribuir-lhes lugares novos na hierarquia das ideias. (BAGGIO: 2009, p. 68)

A literatura não autoriza a dedução de hierarquia, em termos de valor, em sua composição. Entretanto, a fraternidade, sem maior ou menor valor que outros temas, requer-se inserida dentre as categorias temáticas da arte. Constitutiva da ação do enredo, indissociável do perfil e do destino dos personagens de nosso *corpus*, a fraternidade não pode mais ser negligenciada como “conceito ainda obscuro”, tal como Alexandre Lima o constata dentre os temas políticos. (BAGGIO: 2009, p.69)

É a partir desses dados que propomos um salto qualitativo acima da situação constatada.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- ADORNO, Theodor W. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- ANDRADE, Mário de. O movimento modernista. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, s/d, p. 231-255.
- BAGGIO, Antonio Maria (Org.). *O princípio esquecido/1*. A fraternidade na reflexão atual das ciências políticas. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2008.
- BAGGIO, Antonio Maria (Org.). *O princípio esquecido/2*. Exigências, recursos e definições da fraternidade na política. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2009.
- CALLADO, Antônio. *Quarup*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. (Coleção Vera Cruz – Literatura Brasileira, v.120)
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2002.
- CASO, Giovanni *et al.* *Direito & fraternidade*. São Paulo: Cidade Nova; LTr, 2008. (Coleção estudos)
- JAKOBSON, Roman. “O dominante”. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Vol. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, p. 485-491.
- PASTA JR., José Antonio. “O romance de Rosa – temas do *Grande sertão* e do Brasil”. In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 55. São Paulo: Cebrap, 1999, p. 61-70.
- ROSA, Guimarães. A hora e vez de Augusto Matraga. *Ficção completa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 429-462.
- RUEF. Disponível em: <http://www.ruef.net.br/uploads/biblioteca>.
- TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). *Teoria da literatura: formalistas russos*. Porto Alegre: Globo, 1971.